



REPÚBLICA DE ANGOLA

Embaixada da República de Angola em Portugal

Serviços de Comunicação Institucional e Imprensa

RESENHA DE IMPRENSA ANGOLANA

12 de Março 2025

Elaborado por: Serviço de Imprensa

Av.^a da República n.º68, 1069-213
Lisboa - Portugal
Telf.: (+351) 965902180
Fax: (+351) 217 951 778
embaixada.portugal@mirex.gov.ao • www.embaixada.pt



mirex.gov.ao
Ministério das Relações Exteriores

QUARTA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 2025

João Lourenço e Félix Tshisekedi voltam avaliar situação no Leste da RDC.

O Presidente João Lourenço e o homólogo da República Democrática do Congo, Félix Tshisekedi, mantiveram, esta terça-feira, um encontro, em Luanda, no Palácio Presidencial da Cidade Alta.

Os dois Chefes de Estado reuniram-se a sós para consultas sobre a situação prevalecente na República Democrática do Congo. (J.A)++++

Angola junta delegações da RDC e M23 nos próximos dias para negociar a paz.

Angola, na qualidade de mediador do conflito que afecta o Leste da República Democrática do Congo, vai encetar contactos com o M23, para que as partes, realizem, nos próximos dias, negociações directas com o objectivo de negociar a paz definitiva na RDC.

A decisão tornada pública, na sequência do encontro que o Chefe de Estado, João Lourenço, manteve, ontem, em privado, com o homólogo da RDC, Félix Tshisekedi, aponta como palco das negociações a capital angolana, Luanda.

No quadro da breve visita a Luanda, os dois estadistas mantiveram um encontro para consultas sobre o conflito prevalecente no Leste da República Democrática do Congo.

De recordar que João Lourenço e Félix Tshisekedi reuniram-se no mês passado, também em Luanda, para tratar de uma diligência diplomática no quadro dos últimos acontecimentos, tanto no terreno (deterioração acelerada da situação de segurança no Leste da RDC), quanto no plano político-diplomático, em que se destaca a reunião do Conselho de Paz e Segurança que decorreu em Adis-Abeba, Etiópia.

Na parte oriental da RDC, refira-se, agudizaram-se as acções militares nas últimas semanas, com as forças do M23 a tomarem cada vez mais território, sendo o caso mais crítico a ocupação da cidade de Goma, capital da província do Kivu Norte.

De sublinhar também que o Presidente da República de Angola é o mediano designado pela União Africana para o conflito no Leste da RDC. Além disso, João Lourenço é, desde Fevereiro, o Presidente em funções da União Africana, com um mandato que se estende até Fevereiro de 2026. (J.A)++++

Chefe de Estado a caminho da Etiópia.

O Presidente da República, João Lourenço, partiu, na manhã desta quarta-feira, para Adis Adebba, na Etiópia, onde vai participar da cerimónia de troca de pastas entre os novos e antigos comissários da União Africana (UA).

À chegada ao aeroporto, João Lourenço foi recebido pela Vice-Presidente da República, Esperança da Costa, entre outros membros do Executivo.

O também líder da presidência rotativa da União Africana deixou Luanda quando por volta das 9h25.

Na cerimónia simbólica de passagem de pastas amanhã (quinta-feira), iniciaram funções Mahmoud Yussuf (agora presidente da Comissão da UA, em substituição do tchadiano

Mussa Faki Mahamat) e para a argelina Selma Malika Haddadi, vice-presidente da Comissão.

Com os dois diplomatas, prestarão juramento também quatro comissários recentemente eleitos para se ocuparem de diferentes pelouros.

Presidente da UA testemunha arranque das estruturas da organização.

O Chefe de Estado angolano e Presidente em funções da União Africana (UA), João Lourenço, desloca-se, hoje, a Adis Abeba, Etiópia, sede desta organização continental, para testemunhar a troca de pastas entre os novos quadros da Comissão.

Informações avançadas pelo secretário do Presidente da República para os Assuntos de Comunicação Institucional e Imprensa, Luís Fernando, indicam que o Chefe de Estado parte hoje para a capital etíope e testemunha amanhã o arranque da estrutura que se vai encarregar do dia-a-dia do funcionamento da União Africana, ou seja, a Comissão.

“O que vai acontecer será a entrega de pastas dos responsáveis que cessaram funções aos recém-eleitos em Fevereiro, designadamente o presidente da Comissão, o diplomata do Djibouti Mahmoud Youzouf, que substitui o tchadiano Moussa Faki Mahamat, e a sua co-adjutora principal, a diplomata argelina Selma Malika Haddad”, disse o secretário do Presidente da República.

Luís Fernando acrescentou, ainda, que na cerimónia, a decorrer quinta-feira, na sede da União Africana, o Presidente João Lourenço vai testemunhar o juramento dos novos comissários eleitos para os vários pelouros, estando igualmente reservado um momento em que o Estadista angolano vai dirigir

algumas palavras à nova equipa de trabalho. De referir que foram eleitos quatro novos titulares.

A agenda do Presidente da República, João Lourenço, prevê actividades de carácter bilateral, de interesse estrito para Angola.

O Presidente da União Africana cumpre mais uma missão, depois de ter estado recentemente no Cairo, Egipto, onde participou na Cimeira Extraordinária da Liga Árabe.

De recordar que depois da sua eleição à liderança da União Africana, o Chefe de Estado angolano reiterou que a presidência angolana vai dedicar maior atenção às questões relacionadas com a paz e segurança, por serem um dos actuais desafios do continente.

Aliado a este desafio, acrescentou a questão da subida, ao máximo possível, das economias dos Estados-membros. “Vamos apostar, sobretudo, em procurar mobilizar recursos para as infra-estruturas de que o nosso continente carece”, adiantou o Estadista angolano.

Sobre este particular, o Presidente João Lourenço chegou a ressaltar que o continente carece, principalmente, de vias rodoviárias e ferroviárias, de companhias aéreas que operem de um país para o outro, de formas a evitar que se tenha de ir até outros continentes para, depois, voltar ao ponto de partida.

“Portanto, a aposta será aí, em vias de comunicação rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e, sobretudo, em infra-estruturas energéticas”, destacou o actual líder da União Africana.

No discurso de aceitação feito na sala do plenário da sede da União Africana, depois da confirmação da sua eleição, o Chefe de Estado angolano elegeu como uma das bandeiras

do seu consulado a aposta na atracção de investimentos e de captação de recursos financeiros significativos, junto dos grandes parceiros internacionais, para que a organização estabeleça as bases e defina os projectos de infra-estruturas a serem realizados. (J.A)++++

MPLA lamenta falecimento de General Alberto Correia Neto.

O Bureau Político do MPLA reagiu com profunda dor e consternação ao falecimento do camarada Alberto Correia Neto, ocorrido, hoje, aos 75 anos.

Nascido em Quimbele, na província do Uige, aos 8 de Julho de 1949, Alberto Correia Neto foi militar, político e diplomata.

De acordo com a mensagem de condolências, o estudante pertenceu a um grupo clandestino do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que apoiava a luta armada levada a cabo no norte e leste de Angola, conhecido como "Comité Regional de Luanda", que reunia operários, intelectuais e estudantes.

Preso, em 1969, foi-lhe aplicada, em Abril de 1970, uma medida administrativa de fixação de residência por seis anos, em Cabo Verde, no Campo Prisional de Tarrafal, de onde saiu a 1 de Maio de 1974.

Enquanto político exerceu funções nas estruturas do MPLA, que ajudou a implantar nos centros urbanos, e participou de forma determinada na luta de libertação nacional e de resistência popular generalizada contra as forças que pretendiam a todo custo impedir a independência nacional e a soberania de Angola, refere a nota.

Pela sua entrega e desempenho político, o Bureau Político do MPLA, em 1977, indicou-o para integrar a Comissão de Reestruturação da JMPLA, função que exerceu com brio.

Foi, igualmente, membro do Comité Central e do Bureau Político do MPLA e deputado da Assembleia do Povo.

Como militar, serviu a força aérea, tendo sido comissário político, comandante da FAPA- DAA, bem como chefe do Estado Maior das FAPLA.

Foi, ainda, chefe do Estado Maior General das FAA.

Enquanto diplomata, foi embaixador de Angola na Alemanha.

À data do falecimento, Alberto Correia Neto era membro do Comité Central do MPLA.

Neste momento de dor e luta para a família, o Bureau Político do Comité Central do MPLA, endereça em nome dos seus militantes, simpatizantes e amigos, os mais profundos sentimentos de pesar. *(J.A)++++*

ONUSIDA apoia liderança angolana na presidência rotativa da União Africana.

A directora executiva adjunta da ONUSIDA para Política, Advocacia e Conhecimento, Christine Stegling, manifestou, na última segunda-feira, em Nova Iorque, EUA, o apoio à liderança de Angola na presidência rotativa da União Africana.

Christine Stegling expressou este desejo durante uma audiência que lhe foi concedida pela ministra da Acção, Família e Promoção da Mulher, Ana Paula do Sacramento Neto, à margem da 69.^a Sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher, que decorre na sede da ONU.

De acordo com uma nota, enviada ao JA Online, na ocasião as duas entidades abordaram os esforços conjuntos para sustentar e promover o progresso para acabar com o SIDA, conforme estabelecido nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) .

Por sua vez, a directora executiva adjunta da ONUSIDA para Política, Advocacia e Conhecimento prestou informações sobre os processos de mudança que se registam na instituição, "com cortes significativos nos fundos de financiamento" para os vários projectos em curso, sobretudo em países africanos.

Aproveitou o momento, igualmente, para enaltecer a experiência de Angola na prevenção da propagação do vírus da SIDA, através do corte vertical e outras medidas, tendo solicitado que o país possa liderar iniciativas a nível regional e continental na sensibilização e promoção do corte vertical, bem como na construção de infra-estruturas de saúde e indústria farmacêutica.

Já a ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) partilhou os vários projectos, em curso no país, direccionados aos jovens e mulheres sobre saúde reprodutiva e doenças sexualmente transmissíveis, destacando o de corte de transmissão vertical, liderado pela Primeira-Dama da República, Ana Dias Lourenço.

Falou, também, do projecto de capacitação de parteiras tradicionais no meio rural, a cargo do MASFAMU e parceiros para promover a saúde sexual e reprodutiva da Mulher e jovens no campo.

Abordou, ainda, o programa "Salvuarda dos jovens", que busca a adopção de estilo de vida saudável, e salientou que Angola está a implementar um projecto denominado

“Protect the Goal” com o envolvimento de “estrelas” do andebol e futebol nacional, para sensibilização de jovens e mulheres sobre as diversas formas de transmissão do VIH SIDA.

Participaram na reunião, a secretária de Estado para as Relações Exteriores, Esmeralda Mendonça, a directora nacional do MASFAMU para as Políticas Familiares, Igualdade e Equidade de Género, Santa Ernesto, técnicos do MASFAMU, MIREX e da Missão Permanente.

A ONUSIDA é o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o VIH e a SIDA, principal defensor da acção global contra a pandemia do VIH/SIDA, refere o documento. *(J.A)++++*

Missão parlamentar para paz no Leste da RDC.

O deputado angolano Sérgio Leonardo Vaz participou na 4.ª Fase da Missão de Constatação Parlamentar sobre a situação no Leste da República Democrática do Congo (RDC), que decorreu de 8 a 11 deste mês, em Kampala, Uganda.

A missão teve como principal objectivo avaliar e documentar a insegurança e os conflitos armados na região, contribuindo para os processos de paz em curso.

Os parlamentares analisaram também os desafios enfrentados pelas populações locais e os factores que perpetuam a instabilidade.

A agenda incluiu a identificação das partes envolvidas nos confrontos e das suas motivações, bem como a investigação dos factores que influenciam as relações bilaterais entre a RDC e o Rwanda.

A missão apresentou recomendações para a melhoria da cooperação entre os dois países e para o fortalecimento do papel parlamentar na resolução do conflito.

Os trabalhos foram liderados pela presidente da Assembleia Nacional da Zâmbia e presidente em exercício do Fórum Parlamentar da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (FP-CIRGL), Nelly Kashuma Mutti, e contaram com a participação especial do Presidente do Uganda, Yoweri Kaguta Museveni. De realçar que o deputado Sérgio Vaz é membro do Comité Executivo do FP-CIRGL.

(J.A)++++

Reunião Ministerial avalia em Harare os progressos dos programas regionais.

Ministros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) avaliam, a partir de hoje até sexta-feira, em Harare, República do Zimbabwe, os progressos registados na execução dos programas regionais.

A reunião ordinária, em que Angola se faz representar pelo ministro do Planeamento, Victor Hugo Guilherme, vai analisar, nos três dias, 11 pontos principais e 49 recomendações.

Em declarações ao Jornal de Angola, o embaixador Nazaré Salvador adiantou que a proposta da agenda de trabalho foi preparada pelo Comité Permanente dos Altos Funcionários e de Finanças.

O diplomata, que participou da reunião técnica que antecedeu o Conselho de Ministros, acrescentou que dos vários pontos a serem analisados estão a aprovação do orçamento da SADC 2025-2026, assim como a apreciação e aprovação das recomendações feitas pelos altos funcionários e técnicos sobre a avaliação intercalada do Programa Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional da SADC (RISDP) 2020-2030.

Sobre o RISDP, Nazaré Salvador lembrou que o instrumento assinala agora cinco anos desde a sua implementação, estando assim sujeito a uma revisão intercalada.

Durante a reunião ordinária do Conselho de Ministros, o grupo técnico de altos funcionários vai apresentar as recomendações estratégicas para a revisão do RISDP.

O embaixador angolano disse, também, que os ministros vão, igualmente, apreciar e recomendar a operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC e analisar o impacto dos recentes desenvolvimentos geopolíticos e globais na região.

Na sequência, disse, “a suspensão da ajuda dos Estados Unidos aos países do mundo tem repercussões muito sérias ao nível da SADC e de África”.

Segurança alimentar e nutricional da região

A segurança alimentar e nutricional ao nível da região, consta da vasta agenda, assim como os relatórios dos Comitês de Finanças, composto por duas partes, nomeadamente os relatórios sobre o Comité de Finanças e o de Auditoria.

O relatório do Comité de Recursos Humanos e Administração, bem como o desenvolvimento da estratégia revista de comunicação, sensibilização e promoção da imagem da SADC também constam da agenda.

O Conselho vai também analisar um documento que foi apresentado pelo representante da SADC na União Europeia, com destaque para a coordenação existente entre o bloco europeu e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

Quanto aos documentos a serem apreciados pelo Conselho de Ministros, o diplomata disse que os mesmos serão submetidos para homologação de alguns pontos aos Chefes de

Estado da SADC na reunião prevista para Agosto do ano em curso.

A delegação angolana, chefiada pelo ministro do Planeamento, Victor Hugo Guilherme, integra os secretários de Estado para a Cooperação Internacional e Comunidades Angolanas, Domingos Vieira Lopes, e a do Orçamento, Juciene de Sousa. (J.A)++++

Interrogatório busca a produção de provas.

O interrogatório aos réus acusados da tentativa de actos terroristas, visando a produção de prova material dos factos constantes nos autos, dominou, ontem, o segundo dia de julgamento no Tribunal de Comarca do Huambo. Ao responder às questões do tribunal, o co-arguido Domingos Gabriel Muekalia disse que passou cinco anos sem se comunicar com o seu irmão, João Gabriel Deussino, suposto mentor da tentativa de actos de terrorismo, e que ao longo desse período nunca tiveram qualquer tipo de aproximação.

O réu confessou que ficou espantado com o facto de ter recebido a comunicação de um familiar de que João Gabriel Deussino pretendia ter uma conversa com ele, na cidade do Huambo, onde tem a residência, na Centralidade Halavava, no município do Bailundo.

Na sala de audiência, ao conjunto de perguntas dirigidas pelo juiz da causa, Cipriano Catito Tchivinda, o co-arguido, confirmou que o plano do seu irmão era o de atingir alguns objectivos estratégicos em Luanda, nomeadamente a Refinaria de Petróleo, o edifício-sede da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), o Palácio Presidencial, entre outras infra-estruturas

económi-cas e sociais do Estado localizadas na província do Huambo.

Domingos Gabriel Muekalia assegurou, ainda, que na viagem efectuada à capital do país, em Outubro de 2024, efectuaram uma paragem junto à Refinaria de Luanda, onde observaram os depósitos de combustível à beira-mar, facto que permitiu montar a estratégia de ataque.

O facto de saber que o seu irmão nunca foi militar, fez-lhe duvidar de que os planos teriam algum êxito, tendo perguntado para quem estava a trabalhar, de quem era o projecto e o que ganharia caso fosse consumado. Em resposta, João Gabriel Deussino, então mentor do acto frustrado, respondeu que era ele o dono do projecto e só se pronunciaria depois da acção ser concretizada.

O co-arguido Domingos Gabriel Muekalia confessou que chegou a duvidar das capacidades do seu irmão, ao mesmo tempo em que quase acreditava que o mesmo teria recebido feitiço ou tinha algum pacto com o demónio, justificando ter-se aproximado ao irmão para “descobrir a verdade”.

Por sua vez, o co-arguido Crescenciano Capamba referiu ao tribunal que a intenção de João Gabriel Deussino era o de criar um partido político de subversão, para desestabilizar o país, com a destruição de infra-estruturas sociais e provocar o pânico na sociedade. Apontou, ainda, que se pretendia também, com esta acção, demonstrar o inverso do discurso do Governo angolano, que alega que Angola é um Estado seguro e estável.

“O principal objectivo era fragilizar o sistema de segurança do Estado angolano, com a destruição dos pontos estratégicos, de modo a desacreditar o país internacionalmente”, explicou.

Para o advogado de defesa, David Mendes, caberá ao Ministério Público arrolar factos novos ao processo em julgamento. “Fomos capazes de argumentar o suficiente, para que os processos dos arguidos possam seguir sem nenhum problema”, afirmou.

O porta-voz da sessão, o juiz Evaristo Samala Kañgoma, realçou que, no segundo dia, os três co-arguidos tiveram melhor colaboração, em função do que se perspectivava, que era a descoberta da verdade material. “Os juízes e as defesas estão perfeitamente a colher os factos, para que no final do processo a verdade seja descoberta”, disse. (J.A)++++

Juiz conselheiro quer maior aplicação da lei.

O juiz conselheiro e presidente da Câmara Criminal do Tribunal Supremo, Daniel Modesto Geraldes, defendeu, ontem, em Cabinda, a necessidade de uma maior aplicação dos instrumentos jurídico-legais destinados a combater o contrabando dos produtos petrolíferos, para desincentivar este tipo de crime.

Em declarações aos jornalistas, à saída de uma audiência que lhe foi concedida pela governadora provincial de Cabinda, Suzana de Abreu, referiu que tem havido falta de concretização dos diplomas legais destinados a combater o contrabando de combustível.

“Existem instrumentos jurídico-legais que combatem os crimes de contrabando de combustíveis. Simplesmente o que tem havido é a falta de concretização desses diplomas legais”, referiu.

O juiz conselheiro e presidente da Câmara Criminal do Tribunal Supremo classificou que o país dispõe da Lei nº 5/24, um diploma efectivamente direccionado a dar combate ao contrabando de combustíveis e outras disposições normativas que auxiliam, como o Código Penal, que estabelece a apreensão dos instrumentos ou meios que tenham sido utilizados para prática do crime.

A Lei nº 5/24, prosseguiu, prevê não só a apreensão dos instrumentos, meios ou bens utilizados para a prática do contrabando de combustíveis, mas também a transferência dos mesmos para a esfera patrimonial do Estado. O magistrado judicial explicou que o processo de transferência dos meios apreendidos para a esfera patrimonial do Estado é célere, no prazo de 20 dias, e sob promoção do Ministério Público os bens são transferidos.

Para que isso ocorra, referiu, é necessário que haja a concretização das disposições normativas, que visam combater os crimes de contrabando de combustíveis. “Se isso ocorrer, com certeza há-de desincentivar a prática dos crimes de contrabando dos produtos petrolíferos no nosso país”, disse.
(J.A)++++

Advogados defendem absolvição dos arguidos pela Lei da Amnistia.

Os advogados dos generais Manuel Hélder Vieira Dias Júnior “Kopelipa” e Leopoldino do Nascimento “Dino” e de Fernando Gomes dos Santos defenderam, ontem, durante a apresentação das questões prévias, a absolvição dos arguidos por força da Lei nº11/16, de 12 de Agosto, que amnistia a maioria dos crimes de que são acusados, e em razão de outros terem prescrito.

Em declarações ao tribunal, o advogado Amaral Gourgel, em defesa do arguido Manuel Hélder Vieira Dias “Kopelipa”, referiu que o relatório produzido pela Direcção Nacional de Investigação e Acção Penal do Ministério Público (DNIAP), em sede de instrução preparatória, concluiu que, com excepção dos crimes de peculato e branqueamento de capitais, todos os demais crimes estão amnistiados, por força da aplicação da Lei nº 11/16, de 12 de Agosto, a Lei da Amnistia.

“A questão prende-se em saber por que razão a acusação não acolheu essa conclusão e, ainda assim, acusou o arguido em todos os demais crimes constantes da acusação”, questionou-se o advogado.

Para o mandatário do general Leopoldino do Nascimento “Dino”, Bengula Quemba, o Ministério Público está a admitir, na acusação, que a lei pode ser aplicada de forma retroactiva, sempre que beneficiar o arguido, destacando que o Código Penal de 2020 estabeleceu prazos de prescrição mais curtos, que já não são 15 anos.

“Portanto, para o crime em concreto, já não são 15 anos, são 10 anos, por uma razão muito simples. É que o novo Código Penal também despenalizou, por exemplo, o crime de burla por defraudação. É que aquele crime, do Código Penal de 1886, já não é o mesmo do Código Penal de 2020”, esclareceu, em declarações à Corte Suprema, acrescentando que no Código Penal de 2020 não há burla por defraudação, por uso de falso nome, documento falso ou empresa falsa.

“O meu constituinte não pode ser acusado por um crime que está prescrito. Ou seja, os factos começam a ser praticados de 2004 até 2010. Ora, se o Ministério Público não desencadeou o procedimento criminal, como se diz vulgarmente

perdeu o tempo, e, se perdeu o tempo, o único culpado é o Ministério Público e não o meu constituinte”, sustentou.

Ainda em relação ao general Dino, o advogado de defesa disse que as acusações que recaem sobre o antigo chefe do Serviço de Comunicação da Presidência da República devem ser consideradas nulas, em razão de o Ministério Público não determinar ou especificar a conduta dos crimes supostamente cometidos.

A título de exemplo, na acusação sobre o crime de associação criminosa, que é punível com pena de um a cinco anos, refere o advogado Bengula Quemba, o Ministério Público não imputou ao seu constituinte nenhuma das condutas que tipificam o crime.

“O artigo 329 do Código do Processo Penal, número 1, alínea d, obriga que o Ministério Público, quando acusar, tem de indicar o preceito legal”, disse, para em seguida explicar que o preceito legal significa que tem de indicar a norma penal incriminadora que fundamenta a acusação.

“Nesta acusação em que o meu constituinte é acusado pelos crimes de tráfico de influência, branqueamento de capital e associação criminosa, o Ministério Público não indica o preceito legal incriminador. Não tendo indicado qual é a conduta que o arguido praticou, a acusação do Ministério Público é nula”, asseverou.

Falta de intérprete de mandarim força interrupção

A falta de tradutor de mandarim para o cidadão chinês Yu Haiming forçou o Tribunal Supremo a interromper, ontem, a apresentação das questões prévias dos mandatários dos arguidos e remarcar a sessão para a próxima quarta-feira, dia 19.0 impasse, reconhecido pelo Ministério Público como tendo sido uma falha deste arranque do julgamento, foi

reclamado pela defesa do arguido chinês, que prevê apresentar ao tribunal questões prévias.

O tribunal requereu, por ofício, ao Ministério das Relações Exteriores, a designação do intérprete, desde a instrução preparatória, em razão de Yu Haiming não falar português.

Na base da interrupção do julgamento está, ainda, o facto de haver no Tribunal Constitucional um recurso ordinário de inconstitucionalidade, devendo, por lei, o Tribunal Supremo aguardar até que o Constitucional decida sobre as questões que ficaram revogadas na fase de instrução contraditória. *(J.A)++++*

Provedores de Justiça discutem Direitos Humanos das meninas.

Angola participa na Assembleia Anual da Aliança Global das Instituições Nacionais de Direitos Humanos – GANHRI, que decorre no Palácio das Nações Unidas, em Genebra (Suíça), sob o lema “Os Direitos Humanos das mulheres e meninas: Promover a igualdade de género e o papel das instituições nacionais de Direitos Humanos (INDH)”.

O país é representado no evento, em que participa como observador, pela provedora de Justiça, Florbela Araújo. A agenda da conferência, que encerra hoje, inclui abordagens inovadoras para proteger e promover a igualdade de género, estratégias para combater as “rejeições de género” globais e as políticas restritivas, bem como questões que contribuem para garantir a integração efectiva da perspectiva de género nas INDH.

O evento, que reúne mais de 250 representantes de INDH, incluindo provedores de Justiça da Rede CPLP,

agências da ONU, Estados e sociedade civil marca o 30.º aniversário da Declaração e Plataforma de Acção de Pequim e oferece uma oportunidade para as Instituições Nacionais de Direitos Humanos e parceiros na discussão do progresso feito na implementação da Declaração e Programa de Acção de Amã, adoptadas por estas na 12.ª Conferência Internacional, em 2022.

Na segunda-feira, a provedora de Justiça, Florbela Araújo, participou na reunião dos provedores de Justiça e comissões nacionais de Direitos Humanos da Rede CPLP, em Genebra, Suíça, na qualidade de membro da Rede dos Provedores de Justiça, Comissões Nacionais de Direitos Humanos e demais Instituições Nacionais de Direitos Humanos da CPLP. O encontro serviu para reforçar a cooperação mútua, partilha de experiências e envolvimento com os mecanismos internacionais.

Na primeira sessão do dia, a Rede da CPLP, que actualmente é presidida interinamente pela provedora de Justiça de Portugal, Maria Lúcia Amaral, convidou entre os três peritos especialistas em Direitos Humanos, Grupos de Trabalho da ONU sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários, o director do Gabinete de Divisão de Tratados e membro do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Mahamene Cissé-Gouro, e a representante da GANHRI, Carolina Crittin. (J.A)++++

Agostinho Van-Dúnem acreditado na Jamaica.

O embaixador Agostinho Van-Dúnem apresentou, ontem, as cartas credenciais ao governador-geral da Jamaica, Patrick Allen, formalizando assim a sua missão

como representante diplomático de Angola não residente naquele país.

Durante a cerimónia, o diplomata transmitiu os habituais cumprimentos do Presidente João Lourenço ao Governo e ao povo da Jamaica, destacando o desejo de fortalecer os laços de amizade e cooperação entre os dois países. “A nossa prioridade hoje é reforçar a cooperação económica para diversificar a economia de Angola e impulsionar o desenvolvimento sustentável e inclusivo”, afirmou.

Agostinho Van-Dúnem ressaltou que os dois países partilham fortes vínculos históricos e culturais, além de diversas oportunidades para parcerias, especialmente nos sectores do Turismo, Agricultura, Pescas e na preservação da história comum.

O diplomata aproveitou a oportunidade para informar que Angola, sob a liderança do Presidente João Lourenço, ocupa actualmente a Presidência da União Africana. A Presidência de Angola na UA está concentrada em aspectos como a promoção da paz, segurança e a estabilidade no continente africano. Destacou, ainda, o papel activo de Angola na mediação de conflitos, como entre a República Democrática do Congo e o Rwanda, bem como os investimentos em infra-estruturas para impulsionar o crescimento económico e gerar empregos para a juventude africana.

O diplomata expressou o interesse do ministro das Relações Exteriores, Tété António, em realizar uma visita oficial à Jamaica em breve, como retribuição à visita do ministro dos Negócios Estrangeiros jamaicano a Angola em 2023. Por fim, o embaixador pediu o apoio do Governo jamaicano para o aprofundamento das relações bilaterais e o alinhamento de interesses em fóruns internacionais. *(J.A)++++*

Deputados debatem projecto sobre a Mobilidade Regional.

O Projecto de Resolução que aprova o Protocolo sobre a Facilitação da Circulação de Pessoas na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) domina, a 21 deste mês, as iniciativas legislativas que serão submetidas à discussão e votação em sessão plenária.

O debate do diploma assinala o compromisso de Angola com a mobilidade regional e a integração africana. No mesmo dia, os deputados discutem sobre o Projecto de Lei que aprova a ratificação, pela República de Angola, do Acordo Internacional do Café, um instrumento que visa reforçar a participação do país no mercado internacional do produto, promovendo maior precisão nas estatísticas e políticas do sector.

A definição da ordem de trabalhos da sessão plenária da Assembleia Nacional de 21 de Março saiu do encontro que a presidente do Parlamento, Carolina Cerqueira, manteve, segunda-feira, com os líderes das Comissões de Trabalho Especializadas.

O encontro foi precedido da Conferência dos Presidentes dos Grupos Parlamentares, em que os representantes das Comissões de Trabalho Especializadas apresentaram as iniciativas legislativas em curso, que vão ser submetidas à discussão e votação em plenário. Durante a reunião, Carolina Cerqueira apelou à assiduidade dos deputados nos trabalhos das comissões de especialidade e nas iniciativas temáticas e políticas, realizadas mensalmente.

A presidente da Assembleia Nacional sublinhou a importância da participação activa dos parlamentares na discussão e aprovação dos relatórios e pareceres conjuntos,

essenciais para o bom funcionamento das reuniões das comissões e das reuniões conjuntas, em que se realizam os debates aprofundados sobre as leis na especialidade.

A reunião reflectiu o compromisso do Parlamento em garantir a eficiência dos trabalhos legislativos e a promoção do diálogo construtivo entre os diferentes órgãos da Assembleia Nacional.

Carolina Cerqueira na Conferência Global das Mulheres Parlamentares.

A presidente da Assembleia Nacional, Carolina Cerqueira, participa amanhã, na Cidade do México, na Conferência Global de Mulheres Parlamentares, que tem como foco a mobilização pela paridade de género. O evento, sob organização conjunta da União Interparlamentar (UIP) e do Senado do México, vai juntar mais de 300 participantes de todo o mundo.

A Conferência, subordinada ao tema “Do México para o Mundo: Vamos mobilizar-nos pela Paridade de Género”, vai discutir os direitos e o empoderamento das mulheres, bem como as boas práticas no avanço da participação política e liderança das mulheres.

A Conferência é uma plataforma para as mulheres parlamentares se reunirem, trocarem ideias, aprenderem umas com as outras e definirem estratégias comuns e inovadoras para promover a igualdade de género.

Segundo uma nota de imprensa da Assembleia Nacional, os participantes vão ouvir intervenções de um grupo diverso de parlamentos paritários, identificar desafios para garantir

vozes e poder iguais às mulheres e analisar as estratégias eficazes rumo à paridade.

O evento conta com painéis interactivos, sessões de grupos de trabalho e oportunidades de networking, oferecendo um espaço adicional para a cooperação parlamentar e liderança feminina para promover igualdade e inclusão centrada na promoção da paridade de género no Parlamento.

Agenda do evento inclui um programa cultural organizado.

Dados disponíveis indicam que, actualmente, a percentagem global de mulheres em parlamentos é de 27 por cento, e apenas 24 por cento dos líderes parlamentares são mulheres.

A delegação parlamentar angolana ao México é integrada pelas deputadas Erika Linete Batalha de Carvalho Aires, Edna Beneque Queximalunga e Manuel Armando da Costa Ekuikui. *(J.A)++++*

Executivo apoia a empregabilidade de ex-militares das Forças Armadas.

A Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros apreciou, ontem, vários programas e Decretos Presidenciais ligados aos sectores da Acção Social, Família e Promoção da Mulher e da Juventude e Desportos.

Dos documentos analisados pelos ministros, o destaque vai para o Programa de Orientação Socioprofissional e Apoio à Empregabilidade dos efectivos a licenciar das Forças Armadas Angolanas (FAA), após o cumprimento do serviço militar activo.

A sessão ordinária da Comissão para a Política Social foi orientada pela ministra de Estado para a Área Social, Maria do Rosário Bragança.

O diploma analisado visa estabelecer um quadro normativo para a reintegração dos efectivos licenciados das FAA na sociedade, garantindo a sua transição para a vida civil de forma estruturada e sustentável.

O documento prevê, ainda, mecanismos de protecção social, empregabilidade e formação técnico-profissional, assegurando que os militares licenciados tenham, também, o acesso a oportunidades no mercado de trabalho e possam contribuir para o crescimento e desenvolvimento do país, minimizando os impactos socioeconómicos dessa transição, promovendo a inclusão e estabilidade social.

A secretaria de Estado do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), Dina Emiliana Mayimona, que falava à imprensa no final da sessão, reafirmou o compromisso do Executivo com a empregabilidade dos efectivos a licenciar das Forças Armadas Angolanas, através de um programa promovido pelo Instituto de Reintegração Socioeconómica dos Ex-Militares (IRSEM) e pela Escola de Serviço e Emprego Militar (ESSEMMA).

No âmbito da execução do plano, acrescentou, foi registado que 57.074 efectivos já tiveram acesso a serviços de formação, sensibilização, aconselhamento e referência, enquanto 19.008 efectivos receberam formação e reconversão profissional, contribuindo para a sua reintegração na sociedade.

Dina Emiliana Mayimona explicou que o programa tem como objectivo oferecer suporte na produção, orientação e formação, bem como a reconversão técnico-profissional, com

centro na empregabilidade e melhoria da qualidade de vida dos ex-militares no período pós-licenciamento. A iniciativa, de acordo com a responsável do MASFAMU, está inserida no Plano de Desenvolvimento Nacional e terá uma duração de cinco anos.

A secretária de Estado do MASFAMU adiantou que o projecto terá início em Luanda, em carácter piloto, com previsão de expansão para todas as províncias do país. Segundo o IRSEM, os efectivos a licenciar que constam na base de dados do instituto serão abrangidos pelo programa. Dina Emiliانا Mayiomona não revelou o número exacto dos efectivos a serem licenciados.

Aos ministros foi apresentado o ponto de situação do Relatório Nacional Voluntário (RNV), documento que acompanha a evolução do segundo RNV de Angola, baseado nos cinco pilares dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias.

O documento apresenta a evolução do segundo RNV de Angola, nos termos do roteiro para a sua elaboração, baseado nos cinco pilares dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias.

O Relatório Nacional Voluntário reporta o desempenho das políticas nacionais e medidas de suporte à recuperação económica e resiliência, sustentabilidade ambiental, inclusão social e reformas institucionais, bem como identificar desafios às persistentes vulnerabilidades.

A Comissão para a Política Social, durante a segunda sessão ordinária, apreciou, entre outros documentos, o Plano de Desenvolvimento Sectorial 2025-2027 e o Projecto de

Decreto Presidencial que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Juventude e Desportos.

Plano Nacional de Desenvolvimento Sectorial visa assegurar a integração dos jovens

Relativamente ao sector da Juventude e Desportos, a Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros apreciou o Plano Nacional de Desenvolvimento Sectorial 2025-2027, instrumento que visa assegurar a plena integração dos jovens no mercado de trabalho e na sociedade, proporcionando-lhes condições para o seu crescimento cívico, académico e profissional, além de fomentar o espírito empreender e incentivar a participação activa nos processos democráticos e no desenvolvimento sustentável do país.

No mesmo sector foram analisados dois projectos de Decreto Presidencial, um que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério da Juventude e Desportos, promovendo uma reestruturação que inclui a criação da Direcção Nacional do Fomento Desportivo e do Gabinete de Inspecção e Controlo das Actividades Desportivas, bem como a fusão do Gabinete Jurídico com o Gabinete de Intercâmbio, e outro que aprova o Estatuto Orgânico do Centro Nacional de Medicina do Desporto (CENAMED), ajustando as competências dos serviços centrais, gerais e municipais, para adequá-los às exigências actuais e à perspectiva de internacionalização.

O diploma define as bases de estruturação, coordenação, organização e funcionamento dos hospitais centrais, gerais e municipais e dos estabelecimentos e serviços especiais às actuais exigências dos Centros de Medicina do Desporto, tendo em conta as suas atribuições e a perspectiva da sua internacionalização.

Durante a sua intervenção, o ministro da Juventude e Desportos, Rui Falcão Pinto de Andrade, informou que a Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros apreciou três documentos fundamentais para o funcionamento do ministério, incluindo o Estatuto Orgânico do Centro Nacional de Medicina do Desporto.

Os documentos receberam aval positivo e foram recomendados para submissão ao Conselho de Ministros para aprovação.

Na mesma sessão, a Comissão tomou, também, conhecimento do relatório das acções realizadas pelos Departamentos Ministeriais e Parceiros Sociais no quadro do Plano de Inclusão e Apoio às Pessoas com Deficiência (PLANIAPED), destacando a criação de um portal acessível, um plano nacional de acessibilidade, a regulamentação da Lei do Subsídio para a Pessoa com Deficiência e a realização de campanhas de sensibilização, além da Conferência Nacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e do Fórum sobre Acessibilidade no Sector Bancário.

Foi, igualmente, apresentado o Relatório Geral do Processo de Avaliação Externa dos Cursos de Ciências da Educação, em conformidade com o Programa de Melhoria da Qualidade do Ensino Superior e Desenvolvimento da Investigação Científica e Tecnológica.

O programa visa monitorar e avaliar a execução das actividades a medir qualitativa e quantitativamente os impactos da sua implementação. Entre 28 e 31 de Outubro de 2024, foram avaliados 139 cursos de Ciências da Educação em 37 Instituições de Ensino Superior, resultando na acreditação de 70 cursos com desempenho “satisfatório com muitas reservas” e na não acreditação de 69 cursos.

Dos cursos acreditados, 41 pertencem a instituições públicas e 29 a privadas. Entre os 69 cursos não acreditados, 60 pertencem a instituições públicas, cuja oferta formativa é maior do que nas Instituições Privadas de Ensino Superior.

No âmbito deste programa e com o objectivo de garantir a qualidade da oferta formativa, foram efectuadas acções inspectivas.

O relatório detalha o desempenho das políticas nacionais, medidas de suporte à recuperação económica e resiliência, sustentabilidade ambiental, inclusão social e reformas institucionais, além de identificar desafios persistentes.

Angola apresentou, em 2021, o seu primeiro Relatório Nacional Voluntário (RNV) sobre a implementação da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, num contexto de recessão económica e de impactos da Covid-19, estando a decorrer o processo de preparação do segundo Relatório, a ser apresentado em Junho deste ano. *(J.A)++++*